



**Extensio
UFSC**

Revista Eletrônica
de Extensão

AS REDES SOCIAIS COMO MEIO DE SUPERAÇÃO DAS BARREIRAS DE ACESSIBILIDADE: A EXPERIÊNCIA DO PORTAL DO BICENTENÁRIO

Euclides Gomes de Souza Neto
Universidade Estadual de Santa Cruz
myrekid@gmail.com

Elaine Aparecida Teixeira Pereira
Universidade Federal de Santa Catarina
elaine.tp@gmail.com

Raquel Freire Bonfim
Universidade Estadual de Santa Cruz
raquelfreire31@gmail.com

Maria Beatriz Gomes Bellens Porto
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
mbporto@gmail.com

Resumo

Este trabalho reúne reflexões sobre as atividades desenvolvidas pelo projeto Portal do Bicentenário (CNPq/Fapemig). O objetivo é apresentar a experiência das atividades desenvolvidas nas redes sociais, cujo foco é a comunicação acessível às pessoas com deficiência visual e deficiência auditiva; também pretendemos analisar as limitações e potencialidades do uso feito das mesmas dentro do projeto, orientado para a produção e divulgação de conteúdos relacionados à efeméride dos 200 anos de independência do Brasil. Para isto, realizou-se levantamento bibliográfico de artigos científicos, teses, dissertações e livros, assim como da legislação pertinente. Em paralelo, foram incluídos nos balanços as publicações, vídeos e outros produtos do Portal do Bicentenário, examinados sob a ótica da comunicação acessível.

Palavras-chave: Redes Sociais. Acessibilidade. Portal do Bicentenário. Educação. Comunicação.

SOCIAL MEDIA AS MEANS OF OVERCOMING TO ACESSIBILITY BARRIERS: PORTAL DO BICENTENÁRIO EXPERIENCE

Abstract

This scientific paper brings together reflections on the activities developed by Portal do Bicentenário (CNPq/Fapemig). The objective is to present the experience of the activities developed in social media, whose focus is accessible communication for people with visual and hearing impairments, we also intend to analyze the limitations and potentialities of the use of them within the project, oriented towards the production and dissemination of content related to the 200 years of Brazil's independence. For this, there was a bibliographic survey of scientific articles, theses, dissertations and books, as well as the relevant legislation. At the same time, publications, vídeos and other products of Portal do Bicentenário, examined from the perspective of accessible communication.

Keywords: Social Media. Accessibility. Portal do Bicentenário. Education. Communication.

LAS REDES SOCIALES COMO UN MEDIO DE SUPERACIÓN DE LAS BARRERAS DE ACCESO: LA EXPERIENCIA DEL PORTAL DO BICENTENÁRIO

Resumen

Este trabajo reúne las reflexiones sobre las actividades desarrolladas por el proyecto Portal do Bicentenário (CNPq/Fapemig). El objetivo es presentar la experiencia de las actividades desarrolladas en las redes sociales, cuyo foco es comunicación accesible para las personas con discapacidades visuales y auditivas; también pretendemos analizar las potencialidades y limitaciones del uso de las mismas en el proyecto, orientado hacia la producción y difusión de contenidos relacionados con la efemérides de los 200 años de la independencia de Brasil. Para esto, se realizó levantamiento bibliográfico de artículos científicos, tesis, disertaciones y libros, así como la normativa pertinente. Paralelamente, se incluyeron en los balances publicaciones, vídeos y otros productos del Portal do Bicentenário, examinados bajo la óptica de la comunicación accesible.

Palabras clave: Redes Sociales. Acceso. Portal do Bicentenário. Educación. Comunicación.



INTRODUÇÃO

Uma sociedade mais inclusiva requer que as estruturas de processos, ambientes, ferramentas tecnológicas, textos, materiais audiovisuais, entre outros, sejam projetados e implementados de modo que o acesso às informações e ao conhecimento, bem como as possibilidades de expressão e interação das pessoas em sua diversidade, sejam facilitados e estejam plenamente disponíveis à participação equitativa.

A experiência cotidiana revela, entretanto, que algumas barreiras - expressas em procedimentos ou comportamentos - permanecem impedindo o pleno usufruto desses processos sociais, constituindo-se em obstáculos particularmente significativos quando nos referimos às pessoas com deficiência. Na era da informação, a variedade de mídias digitais existentes e os recursos de acessibilidade que as utilizam como suporte importante, tem sido apontada como uma solução e meio de superação dessas barreiras.

Diante desse cenário, o objetivo desta pesquisa é examinar as redes sociais (Instagram, Facebook, YouTube e Twitter) como meio de superação de barreiras de acessibilidade de comunicação, normalmente colocadas no meio informacional para as pessoas com deficiência visual (PDV) e deficiência auditiva (PDA). A pesquisa se debruça, especificamente, sobre o projeto de extensão Portal do Bicentenário, uma iniciativa de educação em rede que surge no contexto das produções sobre o Bicentenário da Independência do Brasil (1822-2022), visando produzir conteúdos sobre a efeméride citada e seus desdobramentos, bem como outros temas relacionados à educação democrática.¹ As reflexões propostas são frutos da nossa experiência como bolsistas de ciência, tecnologia e inovação no referido projeto.²

Para alcançar o objetivo da pesquisa, realizamos um levantamento bibliográfico em sítios acadêmicos da internet em torno do tema da acessibilidade; a seguir, analisamos a organização e o funcionamento das redes sociais do Portal, bem como comentários e feedbacks surgidos em lives e postagens que expressassem possíveis barreiras ou facilitadores da acessibilidade para pessoas com deficiência. Por fim, apontamos possíveis soluções para as lacunas ainda existentes, bem como as potencialidades surgidas na comunicação estabelecida pelo Portal do Bicentenário com as pessoas com deficiência, no sentido de proporcionar um conteúdo cada vez mais acessível.

A acessibilidade digital tem ganhado espaço nas discussões sobre o conteúdo midiático dentro da perspectiva de uma sociedade mais inclusiva. De acordo com Napolitano, Leite e

¹ Verificar mais informações no site: <https://portaldobicentenario.org.br/sobre-o-portal/>. Acesso em: 09 de janeiro de 2023.

² As bolsas foram financiadas pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) por meio do projeto intitulado Portal Bicentenário (FAPEMIG/FAE/DECAE) e a presente pesquisa executada entre o segundo semestre de 2022 e os primeiros meses de 2023.

Martins (2016), na era da informação, promover a acessibilidade no ambiente web é crucial para “a participação na vida pública e ações de cunho social”, portanto, meio de promoção de equidade nas oportunidades de acesso ao conhecimento (NAPOLITANO; LEITE; MARTINS, 2016, p. 128).

A acessibilidade digital é, normalmente, abordada no escopo mais abrangente da acessibilidade comunicacional (BRANCO; LEITE; MARTINS, 2015), uma vez que o conceito abrange as diversas formas, estratégias e materiais que intermediam a interação entre as pessoas. Com o objetivo de perceber as formas pelas quais o tema acessibilidade, de modo geral, e acessibilidade comunicacional, de modo específico, têm sido tratados nas produções acadêmicas, realizamos um breve levantamento bibliográfico, a fim de obter um panorama.

Nessa busca, navegamos no site da biblioteca da universidade onde atuamos, a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC - Ilhéus, Bahia) e o Portal de Periódicos da Capes, após uma pesquisa mais generalista utilizando os buscadores comuns dos navegadores de internet. Os descritores “acessibilidade”, “barreiras de acessibilidade” e “barreiras de acessibilidade comunicacional” foram os fios condutores dos resultados que aqui apresentamos. Excluímos da seleção as produções acadêmicas que não se encaixavam na área da educação, comunicação ou ciência da informação, correlatas ao trabalho que desenvolvemos como bolsistas no projeto Portal do Bicentenário (CNPq/Fapemig). Depois de efetuado esse procedimento, recolhemos 19 (dezenove) artigos, 1 (um) capítulo de livro e 1 (uma) tese de doutorado. No quadro abaixo, seguem referenciadas as obras levantadas em ordem alfabética.

Quadro 1 – Resultados do levantamento bibliográfico

(continua)

Acessibilidade/Acessibilidade comunicacional nas produções acadêmicas
AGUIAR, Ana Lúcia Oliveira; FREITAS, Charles Lamartine de Sousa; RAMOS, Rosilene da Costa Bezerra; COSTA, Francisco Maycon Passos. Por uma reconstrução do/no ensino remoto - rascunhos e borrões em um fazer inclusivo no Ensino Superior. Revista Educação em Debate , Fortaleza, v. 43, n. 86, pp. 301-312, set./dez. 2021.
BARROSO, Cristina Almeida; ANDRADE, Dayane Felix; SANTOS, Lorena Sayonara. Estudo da acessibilidade nos museus de Aracaju: uma investigação. In: Encontro Regional Norte-Nordeste de Educação em Ciência da Informação, 2., 2018, São Cristóvão/SE. Anais [...]. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2018, pp. 203-209.
BATISTA, Maria do Carmo de Souza; SILVA, Lázara Cristina da. O direito de ir, vir e interagir na educação superior: onde andam a acessibilidade e inclusão. Revista Educação e Políticas em Debate , Uberlândia, v. 7, n. 3, pp. 395-408, set./dez. 2018.

Quadro 1 – Resultados do levantamento bibliográfico

(continuação)

Acessibilidade/Acessibilidade comunicacional nas produções acadêmicas
BRANCO, Ana Paula Silva Cantarelli; LEITE, Lucia Pereira; MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira. Produções acadêmicas sobre “acessibilidade” no portal C@thedra. Barbarói, Santa Cruz do Sul, v. 1, n. 43, pp. 242-260, nov. 2015. Disponível em: https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/5608 . Acesso em: 03 de janeiro de 2023.
BRIEGA, Diléia Aparecida Martins. O ENEM como via de acesso do surdo ao ensino superior brasileiro. 121f. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/8831 . Acesso em: 03 de janeiro de 2023
CAMARGO, Eder Pires de. A comunicação como barreira à inclusão de alunos com deficiência visual em aulas de mecânica. Ciência & Educação, Bauru, v. 16, n. 1, pp. 259-275, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ciedu/a/XKszYsXHYc9zn7wsDmvPLD/?lang=pt . Acesso em: 03 de janeiro de 2023.
CASTRO, Sabrina Fernandes de; ALMEIDA, Maria Amélia. Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 20, n. 2, pp. 179-194, abr./jun. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbee/a/XPGCHzqgpSQWtHV8grBb5nL/?lang=pt . Acesso em: 03 de janeiro de 2023.
CERUTTI, Elisabete. Tecendo saberes sobre as tecnologias assistivas para o sujeito surdo no Ensino Superior. Revista Internacional de Educação Superior, Campinas - SP, v. 6, publicação contínua, pp. 1-17, 2020. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8656427 . Acesso em: 03 de janeiro de 2023
CIANTELLI, Ana Paula Camilo; LEITE, Lúcia Pereira. Ações exercidas pelos núcleos de acessibilidade nas universidades federais brasileiras. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 22, n. 3, pp. 413-428, jul./set. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbee/a/xThwG4TvvVT86tFY9cG66nN/?lang=pt . Acesso em: 29 de dezembro de 2022.
COSTA, Michelle Karina Assunção; OLIVEIRA, Dalgiza Andrade. Usuários da informação com deficiência e o papel das bibliotecas universitárias. Ciência da Informação em Revista, Maceió, v. 8, n. 1, pp. 95-110, 2021.

Quadro 1 – Resultados do levantamento bibliográfico

(conclusão)

Acessibilidade/Acessibilidade comunicacional nas produções acadêmicas
DIAS, Michele Rodrigues; BON, Gabriela. Um olhar ao estudante com surdez da Universidade Federal do Rio Grande do Norte: análise sobre a acessibilidade à informação na Biblioteca Central Zila Mamede. <i>BiblioCanto</i> , [S.l.], v. 25, n. 1, pp. 82-104, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/bibliocanto/article/view/18864 . Acesso em: 03 de janeiro de 2023.
DINIZ, Etienne Paula da Silva; SILVA, Aline Maira. Perspectivas de estudantes com deficiências sobre facilitadores e barreiras nas universidades públicas de Mato Grosso do Sul. <i>Revista Brasileira de Educação Especial</i> , Bauru, v. 27, n. 2, pp. 461-476, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbee/a/FLCBLwkz3vxFJJY6jnCNpPM/?lang=pt . Acesso em: 29 de dezembro de 2022.
FRAZ, Joanne Neves; HOTT, Daniela Francescutti; MOREIRA, Geraldo Eustáquio; RODRIGUES, Georgete Medleg. Tecnologia assistiva: produtos disponíveis na internet. <i>PontodeAcesso</i> , Salvador, v. 13, n. 3, pp. 70-80, dez./2019. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/35225 . Acesso em: 04 de janeiro de 2023.
GUEDES, Livia Couto. Luta por dignidade e inclusão da pessoa com deficiência no Ensino Superior público: uma experiência de construção de acessibilidade pelo viés da gestão inclusiva no Nordeste brasileiro. <i>Revista Portuguesa de Pedagogia</i> , Coimbra, v. 54, publicação contínua, pp. 1- 22, 2020. Disponível em: https://impactum-journals.uc.pt/rppedagogia/article/view/8478 . Acesso em: 03 de janeiro de 2023.
LARA, Patricia Tanganelli; SEBASTIÁN-HEREDERO, Eladio. Organização do acesso e permanência das pessoas com deficiência no ensino superior a partir da instauração do Programa Incluir. <i>Revista Online de Política e Gestão Educacional</i> , Araraquara, v. 24, n. 2, pp. 1137-1164, set. 2020. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/14337/9808 . Acesso em: 03 de janeiro de 2023.
LOPES, Ligiane de Castro; FREITAS, Joice Raquel Lemes; CABRAL, Leonardo Santos Amâncio. Cooperação e acessibilidade em tempos de “tel(e)nsino-aprendizagem” na Educação Superior. <i>Revista da Faculdade de Educação (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Dourados)</i> , v. 36, n. 2, pp. 105-122, jul./dez. 2021.
MISAGLIA, Vivian. Direitos das Pessoas com Deficiência: diversidade, inclusão, acessibilidade universal e cidadania. In: OLIVEIRA, Mara; AGUSTIN, Sérgio. <i>Direitos</i>

humanos: emancipação e ruptura. Caxias do Sul, RS: Educs, 2013, pp. 1014-1023.
NAPOLITANO, Carlo José; LEITE, Lucia Pereira; MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira. Acessibilidade em Pauta na Comunicação Midiática. <i>Journal of Research in Special Educational Needs</i> , Staffordshire , v. 16, n. S1, pp. 126-129, 2016
SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. <i>Revista Nacional de Reabilitação (Reação)</i> , São Paulo, v. 12, n. 1, mar./abr. 2009, pp. 10-16.
SCHUINDT, Cláudia Celeste; SILVEIRA, Camila. A educação inclusiva em espaços não formais: uma análise dos museus de ciências brasileiros. <i>Educação em Revista</i> , Belo Horizonte, v. 36, publicação contínua , pp. 1-22, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edur/a/jLkrTk3JFkJvwDR9Md9z3TP/?lang=pt . Acesso em: 03 de janeiro de 2023.
TAVARES, Daniela Cardoso; OLIVEIRA, Sandra; SANTOS, Filipe; BASSANI, Patricia. A política de cooperação como estratégia para a inclusão de pessoas com deficiência visual na Educação à Distância. <i>EaD em Foco</i> , Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, pp. 1-12, 2022. Disponível em: https://labs.cecierj.edu.br/antesinvasao/eademfoco/index.php/Revista/article/view/1784 Acesso em: 03 de janeiro de 2023.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Da amostra recolhida, pudemos notar que o conceito de acessibilidade, da forma como definido pelos pesquisadores e pesquisadoras citados, frequentemente, deriva da legislação que versa sobre os direitos das pessoas com deficiência. Briega (2017) é uma das poucas que propõe uma ampliação do conceito baseado nas leis. Nessa tarefa, se ampara nas formulações de Vasili Davidov (1987) que preconiza a acessibilidade como princípio, em que há uma especificidade educacional, podendo ser o “princípio de acessibilidade” definido como um processo de mediação do conhecimento coerente e plenamente acessível ao educando de modo consciente, material e sucessivo (BRIEGA, 2017).

Carlo Napolitano, Lúcia Leite e Sandra Eli Martins (2016), embora também se fundamentem amplamente nas leis e normatizações de acessibilidade, indicam uma noção um pouco mais heterogênea diante dos outros trabalhos, pois ligam de forma mais contundente esse conceito às noções de inclusão e desenvolvimento social, bem como ao “Paradigma do Suporte”. Segundo os autores, este Paradigma “tem como pressuposto o direito do deficiente à convivência não segregada e o acesso aos recursos disponíveis aos demais cidadãos” (NAPOLITANO; LEITE; MARTINS, 2016, p. 127). Baseando-se nesse pressuposto, os pesquisadores definem a

acessibilidade como “processo dinâmico” e veem que, em seu percurso de legitimação “o conceito de acessibilidade deixou de ser um conjunto de soluções para pessoas com deficiência (...), para se tornar uma forma de construir e planejar (...) serviços de livre acesso a qualquer cidadão” (NAPOLITANO; LEITE; MARTINS, 2016, p. 127).

Na delimitação de “acessibilidade”, quando não recorria-se à legislação, a referência mais utilizada foi a obra de Romeu Sasaki sobre o assunto. Para o autor, a acessibilidade se encontra no espectro do “paradigma da inclusão” e conceitua: “Inclusão, como paradigma de sociedade, é o processo pelo qual os sistemas sociais comuns são adequados para toda a diversidade humana (...) com a participação das próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações” (SASSAKI, 2009, n/p). Tornar algo acessível, consistiria na remoção das barreiras que obstaculizam quaisquer das seis dimensões da acessibilidade, a saber: arquitetônica; metodológica; instrumental; programática; comunicacional (em que se insere a acessibilidade digital); e atitudinal (SASSAKI, 2009).

O percurso reflexivo das produções acadêmicas em questão leva a associar o processo de tornar a comunicação e os demais ambientes acessíveis ao ato de remover ou diminuir as barreiras que existam à plena participação de todos e todas. De um ponto de vista jurídico, Misaglia (2013), afirma que “na medida em que a sociedade remove as barreiras (de comunicação, tecnológicas, arquitetônicas e atitudinais), todos têm sua cidadania garantida” (MISAGLIA, 2013, p. 1019).

Assim, compreender a acessibilidade, seja como conceito, prática ou princípio, passaria a ser indissociável do entendimento do que são as barreiras de acessibilidade, da sua identificação nos espaços e a consequente remoção das mesmas, ao mesmo tempo em que se elaboram soluções diversas, entre as quais figura a tecnologia assistiva (FRAZ et al, 2019). Nesse sentido, compreende-se barreira de acessibilidade como “qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, [etc.]” (FRAZ et al, 2019, p. 74).

Refletindo sobre esses entraves no meio virtual, acompanhamos, mais uma vez, os apontamentos de Napolitano, Leite e Martins (2016), que sustentam “uma barreira comunicacional impede o acesso à plena comunicação interpessoal, escrita e virtual e, por consequência, o acesso à informação e ao conhecimento” (NAPOLITANO; LEITE; MARTINS, 2016, p. 128).

Do estudo realizado sobre as produções acadêmicas na temática, podemos depreender que a acessibilidade é o processo pelo qual se planeja e instrumentaliza os diversos ambientes e

situações sociais - incluindo o mundo virtual -, de modo a garantir a plena inclusão e oportunidade de intervenção de todos os sujeitos; a apropriação, a interação e a transformação dos variados objetos, discursos, conhecimentos e ferramentas tecnológicas na comunicação humana, em uma relação equitativa diante das diferenças, naquilo que concerne às oportunidades de acesso a esses bens sociais.

Há uma produção recente a respeito das barreiras de acessibilidade na comunicação que indica uma continuidade do tratamento da temática a partir do arcabouço apresentado acima. Uma busca realizada no Scielo Brasil, utilizando as palavras-chave “comunicação” e “acessibilidade” ligadas pelo operador booleano AND e selecionadas pelo critério de atualidade das produções acadêmicas (artigos publicados entre 2020 e 2025), retorna um total de 27 (vinte e sete) textos especializados. Visto que a nossa área de atuação se dá no diálogo entre a comunicação e a educação, excluíram-se 16 (dezesesseis) artigos, pois, tratavam da acessibilidade no âmbito da Saúde. Destes excluídos, é importante que se sublinhe a potencialidade de um estudo em específico que, embora aborde a acessibilidade no campo da terapia ocupacional, traz resultados que podem auxiliar na percepção de problemas relacionados com a comunicação nos processos educativos. Trata-se do artigo de Wanessa Borges e Eniceia Mendes (2024), focado em investigar como aplicativos disponíveis em *smartphones* e *tablets* têm assumido a função de tecnologia assistiva para pessoas com baixa visão. Destaca-se o uso de diversas aplicações, porém, há um largo manuseio das redes sociais digitais e as autoras demonstram que entre os problemas aparecidos no cotidiano para pessoas com deficiência visual e que acabam sendo solucionados através da utilização desses recursos, estão atividades de recreação, socialização, comunicação e vida acadêmica. Assim sendo, embora pertencente a outra área de conhecimento, o estudo toca em questões fundamentais que procuramos tratar neste artigo, quais sejam: a importância das redes sociais para lidar com as barreiras de acessibilidade dentro de um processo educativo-comunicacional.

Não obstante essa exceção importante, após a exclusão dos trabalhos sobre a área da saúde, restaram 11 (onze) artigos, dos quais 4 (quatro) se vinculavam à área de turismo, estando ligados a uma perspectiva do lazer que não dialoga com nossos propósitos, sendo deixados de lado, por ora, conquanto possam inspirar produtos interventivos para outras finalidades, inclusive educacionais. Ao final dessa operação de inclusão e exclusão, recolhemos 7 (sete) artigos que ajudam a perceber como a temática estudada tem sido analisada por outros pesquisadores.

Barros et al. (2025) analisam a implementação de um software produtor de *e-books* por editoras universitárias, baseando-se no princípio da ciência aberta, que contemplam recursos acessíveis para PCDs. Marinho e Rocha (2024) e Silva e Lopes (2020) abordam o uso de *websites*

para exposições *online* de museus. As duas primeiras autoras realizam uma revisão bibliográfica sobre o tema destacando algumas lacunas, entre as quais, a abordagem restritivamente técnica, sem que haja uma preocupação notável com as implicações sociais e históricas da relação entre os museus *online* e as pessoas com deficiência, de modo a torná-las participantes ativas da experiência proporcionada pelos acervos. Essa lacuna teórica parece estar refletida na prática, quando lemos o estudo de Silva e Lopes (2020) que analisam, através de uma ferramenta eletrônica, o grau de acessibilidade do Museu de Artes e Ofícios em Belo Horizonte. Os pesquisadores identificam que, embora o uso do *site* ajude a impulsionar o arquivo e guarde possibilidades inerentes de proporcionar o usufruto desse conhecimento histórico-patrimonial por PCDs, a página virtual não supre as expectativas de acessibilidade e a superação das barreiras comunicacionais não parece ser uma pauta do sítio eletrônico do museu.

Koehler e Foerste (2021) aborda a importância da audiodescrição no contexto do teatro e a necessidade de uma ação planejada e dialógica dessa ferramenta discursiva que promove uma percepção de uma realidade que se deseja pôr ao alcance de todas as pessoas. Goerck e Areosa (2021) examinam a implantação da política pública da acessibilidade comunicativa em canais abertos da televisão no Rio Grande do Sul, enquanto Amâncio e Mendes (2023), através de pesquisa bibliográfica, focam nas barreiras arquitetônicas, de transporte, atitudinais, tecnológicas e comunicacionais que impõem dificuldades à inclusão plena das pessoas com deficiência no ambiente laboral, revelando que sua superação depende de uma ação organizada e colaborativa entre as pessoas, as famílias e o Estado.

Entre os artigos levantados, apenas Ana Schlindwein e Daniele Rocha (2023) estabelecem como objetivo específico a análise do uso de uma rede social por deficientes auditivos. As autoras se debruçam sobre as iniciativas de dois *youtubers* surdos, analisando como as redes sociais, nos últimos anos, potencializaram as discussões sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), popularizando os meios de comunicação e vivências da comunidade de surdos e impulsionando os debates sobre o direito linguístico. O fato de as autoras representarem 1 (um) artigo entre 7 (sete) que abordam a acessibilidade comunicacional do ponto de vista das redes sociais digitais, em específico, explicita que o tema ainda representa uma lacuna a ser explorada, vez que essas ferramentas são amplamente usadas pelas pessoas com deficiência – sobretudo, deficientes visuais e auditivos – e têm sido uma forma diversificada de comunicação e aprendizagem.

Partindo dessa percepção, localizamos a experiência do Portal do Bicentenário como uma iniciativa multidimensional que incluiu a perspectiva da acessibilidade como um princípio e executou ações através das redes sociais, de modo a concretizar esse ideal na direção de superar

as barreiras comunicacionais que, muitas vezes, embarreiram o efetivo alcance dos projetos educativos.

O PORTAL DO BICENTENÁRIO E O DESAFIO DA ACESSIBILIDADE: FACILITADORES E BARREIRAS DE ACESSO

O ano de 2022 se iniciou com a perspectiva da ocorrência de eventos importantes para a política e a história do país, entre eles, estava a comemoração dos 200 anos de Independência - data que prometia uma série de conteúdos e comemorações, dentro e fora dos círculos oficiais de produção do conhecimento. Maria Helena Capelato (2016), ao discutir as fronteiras e transbordamentos do saber histórico acadêmico e o significado dos revisionismos, também aborda o efeito causado pelas datas comemorativas emblemáticas (como os centenários) na produção de versões e narrativas sociais sobre os fatos da história - narrativas essas que ora dialogam com a produção mais recente desta área do saber, ora a deturpam.

No que tange às abordagens historiográficas em torno da independência, pode-se dizer que, recentemente, elas se transformaram e foram ampliadas, de modo a incluir outros olhares, diferentes das versões oficiais e consagradas pela historiografia tradicional, sobretudo, quando tratamos da inclusão de outros sujeitos sociais e de processos complexos, heterogêneos conforme as peculiaridades regionais, que culminaram com a separação do Brasil de Portugal, destacando-se, neste aspecto, as contribuições da história social para esse quadro (MALERBA, 2005).

Ocorre que, embora os avanços da historiografia tenham sido contundentes para revisões que, agora, consideram outros sujeitos na trama histórica deste evento, como indígenas, negros livres e escravizados, mulheres, entre outros, nem sempre as versões a respeito da Independência do Brasil veiculadas nas datas comemorativas acompanham essas modificações. Seguindo Capelato (2016), poderíamos dizer que, nesta situação de celebração, “as revisões historiográficas ganham pouco destaque. [...] permanecem ocultas estratégias de poder, artifícios de controle social e interesses de natureza diversa” (CAPELATO, 2016, p. 27). Condição agravada quando a narrativa oficial está gerenciada por grupos políticos de extrema direita, conservadores e reacionários, contexto no qual a efeméride do bicentenário se daria.

Em uma direção similar ao apontado pela autora, acreditamos que, em tais ocasiões, “cabe ao pesquisador compreender o sentido político das homenagens” (CAPELATO, 2016, p. 27), e, acrescentamos, se esforçar para produzir e divulgar narrativas diferentes da oficialidade política, gestou-se a ideia do Portal do Bicentenário. A finalidade do projeto é “produzir, discutir e compartilhar conteúdos a respeito dos 200 anos de independência do Brasil e seus

desdobramentos, analisados por distintos campos do conhecimento científico e escolares” (PORTAL DO BICENTENARIO, s/d). Essa produção e circulação de conteúdo assenta-se nos princípios de “construção de uma sociedade igualitária, democrática, laica, inclusiva, não violenta, antirracista, antiLGBTfobia, antissexista, anticapacitista” (PORTAL DO BICENTENARIO, s/d).

Tendo em vista esses valores houve, desde o seu início no ano de 2020, a preocupação em promover uma comunicação inclusiva, na qual todas as pessoas pudessem acessar, compreender e interagir com as informações veiculadas. Ingressar e atuar nas redes sociais se mostrou um recurso importante para alcançar esse objetivo.

PARA TODES VEREM E ESCUTAREM: RECURSOS DE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL E AUDITIVA

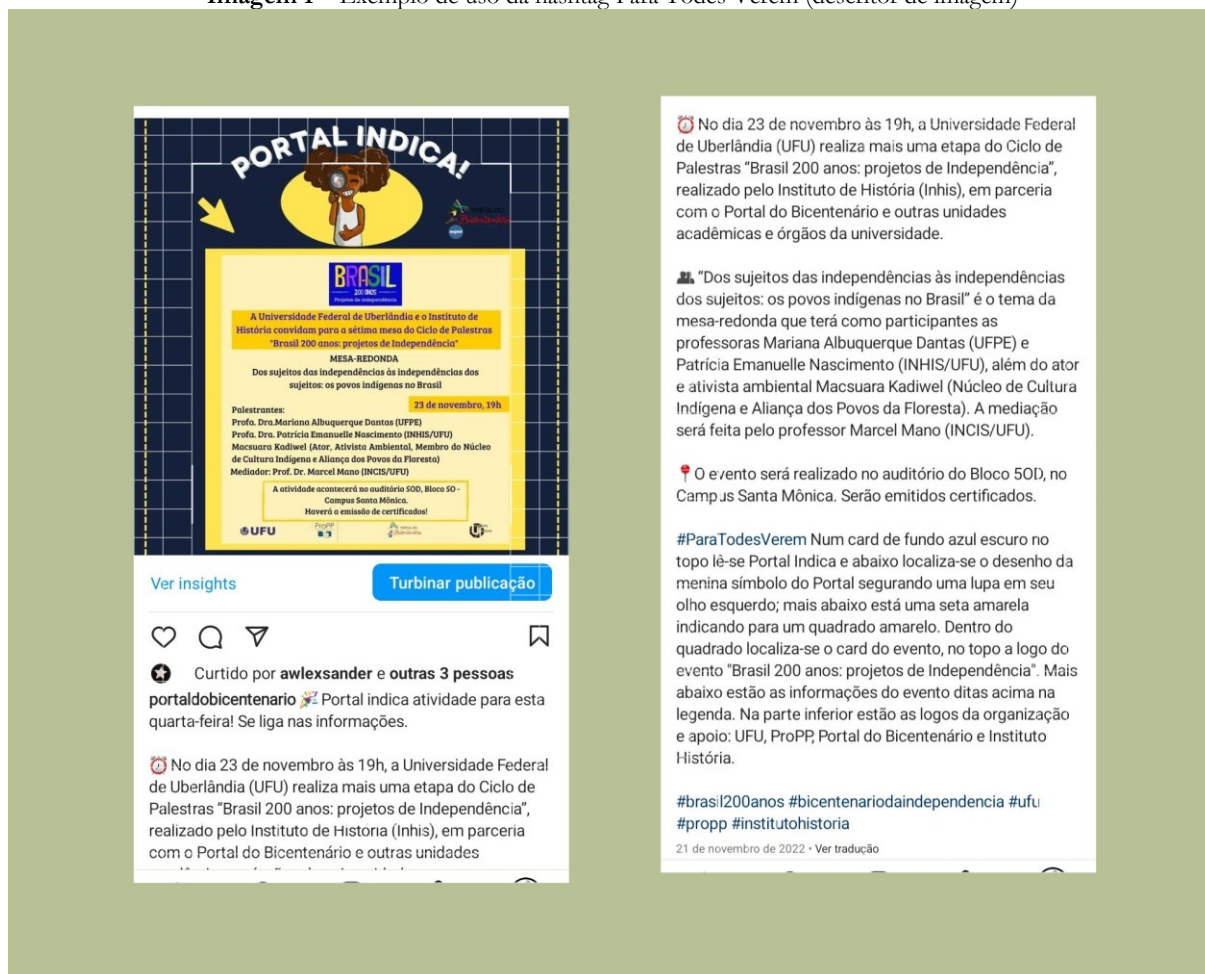
A iniciativa Portal do Bicentenário utiliza diversas formas para alcançar o máximo possível de pessoas com qualquer especificidade que elas possam ter. E, para isso, utiliza diferentes ferramentas para uma maior interação com esse público.

Nas transmissões de aulas/palestras pelo YouTube, há a presença de intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras), o hábito de orientar os participantes a se autodescreverem, a existência de legendas nos vídeos e de descrição das imagens publicadas nas redes sociais do Portal através da hashtag #ParaTodesVerem. Esses recursos e métodos são facilitadores da comunicação acessível.

É preciso acrescentar, no entanto, que no Twitter a descrição de imagens é suprimida do texto principal das publicações por limites de caracteres em cada postagem estabelecidos pela própria rede. Mas, há a possibilidade de utilizar a ferramenta de acessibilidade disponível nas configurações da conta. Acionada na seção “Mídia” a opção “Receber lembrete de descrição da imagem”, cada vez que se adiciona uma foto a um tweet, aparece a opção “Alt”. Clicando nela, podemos inserir a descrição do conteúdo visual até o limite de 1.000 caracteres. Conforme podemos observar na imagem 1, no Instagram é possível usar a descrição da imagem no texto principal da publicação, o que também viabiliza a indexação através de hashtag, ao contrário do que ocorre no Twitter.

As redes sociais como meio de superação das barreiras de acessibilidade: a experiência do Portal do Bicentenário

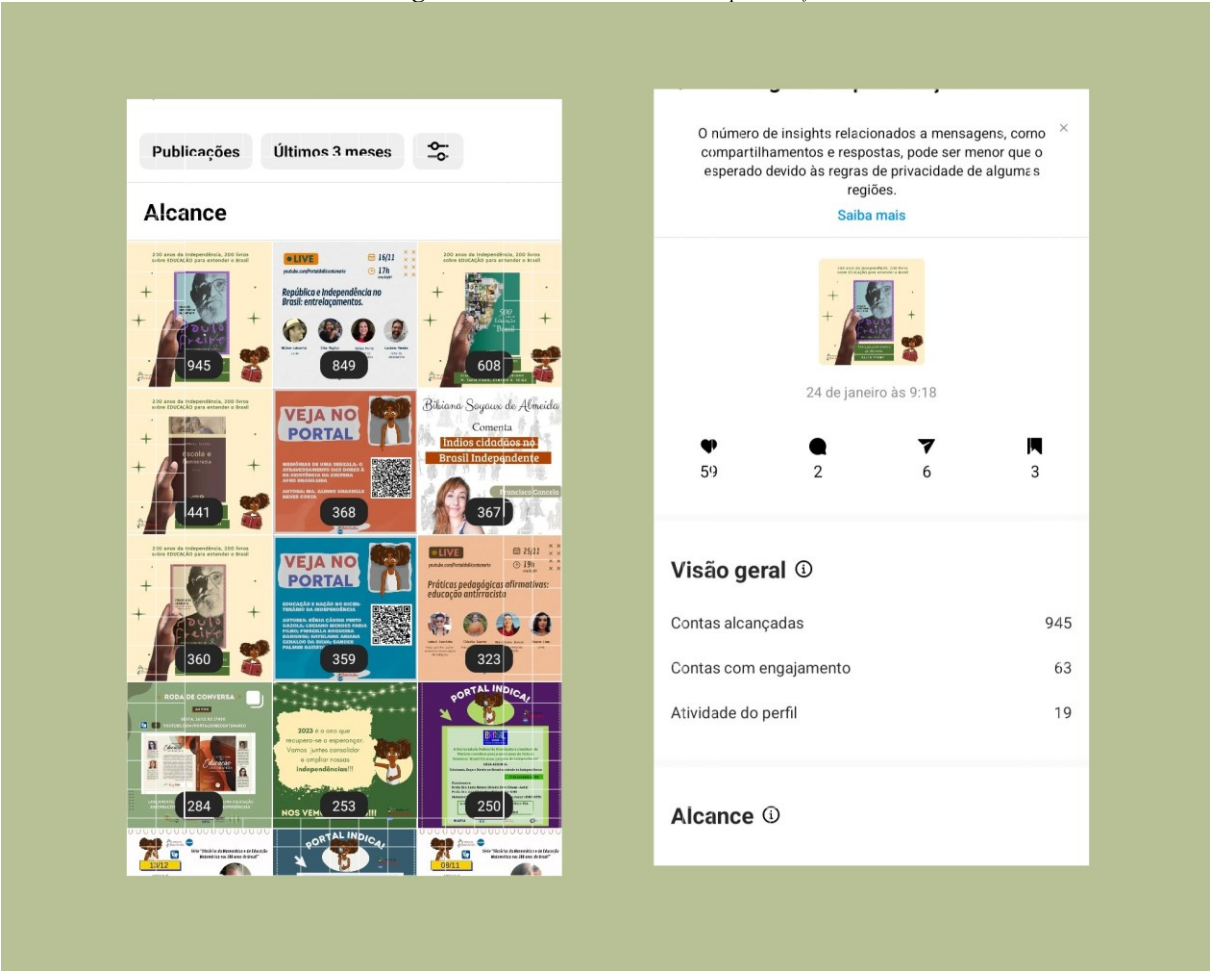
Imagem 1 – Exemplo de uso da hashtag Para Tódes Verem (descriptor de imagem)



Fonte: Perfil do Instagram do Portal do Bicentenário

Buscando analisar as ferramentas utilizadas pelo Portal para a comunicação acessível às pessoas com deficiência visual selecionamos, no Instagram e no Facebook, as publicações com maior alcance. Essa métrica, disponível automaticamente nesses aplicativos, considera o número de contas alcançadas pelas postagens e a quantidade de interações, isto é, as curtidas e comentários dos seguidores. Selecionamos para a análise o período dos 90 dias decorridos entre 1º de novembro de 2022 e 29 de janeiro de 2023. Neste intervalo de tempo, as publicações que obtiveram o maior alcance foram aquelas relacionadas à enquete “200 anos da Independência, 200 livros sobre EDUCAÇÃO para entender o Brasil” e a série “Portal Indica”, que sugeria eventos e lives relacionadas às temáticas abordadas pelo Portal do Bicentenário e promovidas pelas instituições parceiras.

Imagem 2 – Métrica de alcance das publicações



Fonte: Perfil do Instagram do Portal do Bicentenário

A métrica mostrada permite medir a abrangência que as publicações da página alcançam. Define-se um período de tempo que se quer consultar e as postagens são classificadas em ordem decrescente (do maior ao menor alcance), de forma que o administrador da rede social consegue analisar os dados, visualizando o número de curtidas, comentários, compartilhamentos e quantas pessoas que a reservam para conferir depois na opção “Salvos” (último símbolo à direita, abaixo da imagem). O número de contas alcançadas quantifica quantos usuários do Instagram, em geral, tiveram algum contato com a publicação; o engajamento diz respeito aquelas contas que além de interagir com a postagem, seguem a página. Considerar o alcance de cada publicação pode ser um indicativo da maior ou menor eficácia do uso dos recursos de acessibilidade. Uma publicação que chegue a um grande número de pessoas – como no exemplo –, mas não possua descrição de imagens ou veicule informações confusas, pode se constituir em uma barreira de acesso. No caso específico das redes do Portal do Bicentenário, percebemos que, as publicações de maior alcance tinham, em sua maioria, os recursos de acessibilidade necessários ao entendimento do conteúdo.

O dado nos possibilita refletir sobre o impacto que o uso de metodologias de produção de conteúdo acessível tem na expansão da circulação do conhecimento no meio digital.

Ao tratar do conteúdo que circula no ambiente da web, Fraz et al pontua como barreiras de acessibilidade digital para as pessoas com deficiência visual (cegueira e baixa visão, entre outras), a existência de “imagens sem descrição; vídeos sem alternativa textual ou sonora; funções que só são ativadas pelo mouse; [...] arquivos em formatos não acessíveis [...]; [...] contraste ruim de cores; [...] conteúdos que perdem a funcionalidade quando ampliados” (FRAZ et al, 2019, p. 75).

Das 18 publicações selecionadas de acordo com a métrica de maior alcance, constatou-se que três não possuíam a descrição de imagens. Nas redes sociais do Portal do Bicentenário (Instagram/Facebook), normalmente, se adota a hashtag #ParaTodesVerem objetivando descrever as imagens; a hashtag em questão direciona para uma série de publicações que ficam indexadas umas às outras pelo recurso de acessibilidade. Na amostra recolhida, percebeu-se que, nas páginas do Portal, há uma taxa de 16% das postagens que não possuem os descritores de imagens, o que pode configurar uma barreira no acesso à informação para as pessoas que possuem deficiência visual. Não obstante, a maior parte das publicações são acessíveis, possuindo esse recurso, além de textos redigidos com informações claras e diretivas. As imagens produzidas e cada texto nelas inserido também não perdem a qualidade diante da necessidade de ampliação.

No canal do YouTube, as lives do Portal do Bicentenário costumam iniciar com a apresentação dos participantes que se autodescrevem, informando suas características físicas e o local onde se encontram - um facilitador para PDVs. Entretanto, observamos que o mesmo não ocorre em algumas séries de vídeos, tais como, “Professores comentam o Bicentenário”. Nesta série, professores de todo o Brasil elegem temáticas relacionadas ao Bicentenário da Independência e sugerem maneiras de trabalhar com essas informações e conteúdos em sala de aula. Notou-se que, nestes vídeos, não há o hábito dos participantes se autodescreverem; essa pode ser uma lacuna importante na compreensão e apreensão do que está ocorrendo na tela dos computadores e smartphones para as pessoas que possuem deficiência visual. Entende-se que, devido a necessidade de produzir vídeos com duração mais curta, geralmente, vistos como mais apropriados para a circulação na internet, o tempo gasto com a autodescrição pode gerar um aumento na minutagem. Talvez, neste caso, pudesse ser solicitada aos participantes uma autodescrição escrita, pois, neste formato, poderá ser incorporada à legenda do vídeo e lida por leitores de tela.

Apontadas as referidas lacunas e, considerando as barreiras de acessibilidade indicadas na bibliografia utilizada, podemos afirmar que, panoramicamente, o Portal do Bicentenário pode se

constituir em experiência paradigmática para sites e mídias sociais que produzem e divulgam conteúdos educativos, uma vez que a maior parte dos vídeos e publicações contam com todos os recursos possíveis de acessibilidade: tradução em LIBRAS, descrição das imagens e dos vídeos no Instagram, entre outros. Ao encontro dessa afirmativa podemos observar o comentário de um usuário que celebra a existência de um intérprete de LIBRAS traduzindo as informações de um conteúdo audiovisual, dando-se a entender que não é comum se deparar com esse recurso em todas as mídias. O usuário comenta, em um vídeo do mês de julho de 2022: “Gente, com LIBRAS!!! Isso é um avanço imenso!!!”.³ É preciso mencionar, ainda, a qualidade das imagens produzidas; normalmente, a combinação das cores e do tipo das fontes adotadas, bem como o tamanho das letras, mostraram-se facilitadores do acesso para pessoas com baixa visão, porquanto, são utilizadas em tamanho adequado e com o destaque devido.

Observando os recursos utilizados pelo Portal do Bicentenário em suas redes sociais para PDAs e PDVs foi possível comparar e verificar se eles se adequam ao padrão estabelecido por lei e se é, verdadeiramente, eficaz em facilitar o acesso e a compreensão das informações para os surdos. Em perspectiva de inclusão, a língua de sinais deve ser o principal meio comunicacional ofertado para as pessoas surdas em diferentes âmbitos, tais como, saúde, lazer e educação. A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é um dos principais recursos utilizados pelo Portal do Bicentenário para que essas pessoas tenham acesso aos conteúdos, discussões e informações ali contidas. Vale ressaltar que a Libras é a segunda língua oficial do Brasil, sendo reconhecida pela lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002 (BRASIL, 2002). Deste modo, é de suma importância que essa língua seja utilizada em nosso cotidiano visando a difusão de conhecimento, assim como proporcionando a acessibilidade para pessoas surdas e promovendo a comunicação para debates, discussões, entre outros processos de produção do saber.

Com o seu reconhecimento em 2002 e, mais tarde, regulamentada pelo decreto nº 5.626/05 (BRASIL, 2005), a Libras ganhou certa presença em diversos âmbitos, mas as dimensões da cultura, do lazer e da informação só são consideradas na Lei de inclusão nº 13.146/15 (BRASIL, 2015). A janela de Libras, principal recurso utilizado pelo projeto Portal do Bicentenário e por outros meios comunicacionais no Brasil, é definida pela NBR 15.290 como “um espaço delimitado no vídeo onde as informações veiculadas na língua portuguesa são interpretadas para LIBRAS” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2005). Com isso, as informações contidas em vídeos ou áudios são traduzidas e interpretadas em Libras ao público surdo por um intérprete. Vale lembrar que a inserção desse recurso só é obrigatória

³ Optamos por não informar o nome do usuário para preservar sua privacidade, embora seu comentário tenha sido feito publicamente.

em horários políticos e campanhas governamentais, logo, não seria obrigatório o seu uso pelo Portal, porém, devido ao comprometimento do projeto com uma perspectiva inclusiva, sua inserção aumenta o grau de informatividade para o seu público.

Dos três principais recursos de acessibilidade audiovisual, a janela de Libras é o menos adotado, isso acontece porque a legenda oculta ou closed caption também pode beneficiar quem não consegue ouvir, embora só beneficie, de fato, quem domina a língua portuguesa. Segundo a Federação Mundial dos Surdos, cerca de 80% das pessoas surdas de todo o mundo têm baixa escolaridade e problemas na alfabetização na língua oral do seu país (DEBEVC; KOSEC; HOLZINGER, 2011). Neste cenário, se adotarmos somente legendas, uma grande parte da comunidade surda perderá o conhecimento ou informação ofertados em materiais audiovisuais.

No caso do uso da janela de Libras, a NBR 15290 define alguns padrões de acessibilidade em comunicação na televisão brasileira, além de abordar o Closed Caption, o Sistema CC e SAP e a descrição em áudio de imagens e sons. Para a janela de Libras, define que o recorte ou wipe, deve possuir altura mínima de $\frac{1}{2}$ e largura de $\frac{1}{4}$ da proporção da tela; ademais deve se evitar que o recorte seja encoberto por tarja preta ou legenda (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2005). Na imagem abaixo, retirada de uma sessão da Câmara Legislativa, podemos acompanhar o uso adequado da janela de Libras conforme essas regras:

Imagem 3 – Exemplo de janela de Libras (Câmara Legislativa)



Fonte: Equipe LIBRAS para arte

Na imagem 3, nota-se que o intérprete está em contraste nítido entre o plano de fundo e ele mesmo, uma vestimenta adequada para dar ênfase a sua pele e, assim, os sinais se tornam mais visíveis. Analisemos agora alguns exemplos retirados do portal do bicentenário quanto ao uso das janelas de Libras.

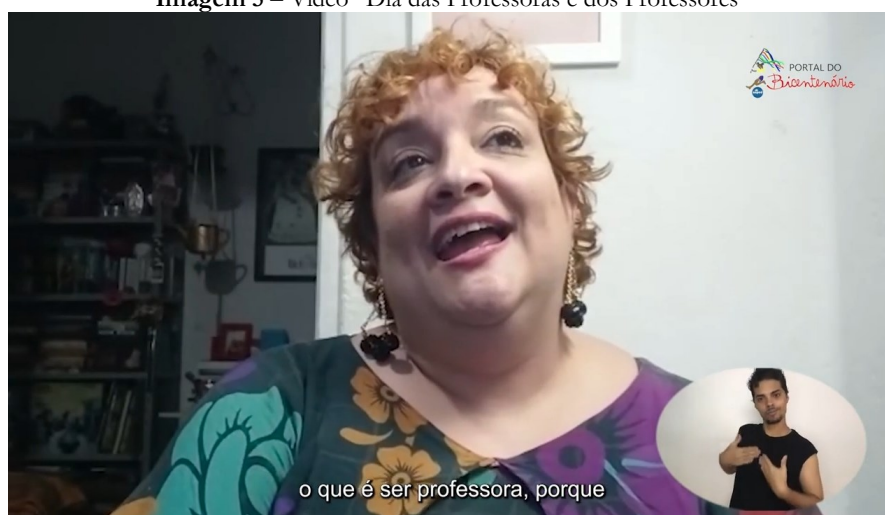
As redes sociais como meio de superação das barreiras de acessibilidade: a experiência do Portal do Bicentenário

Imagem 4 – Vídeo “Maria Quitéria: Honra e Glória – Bate-papo com os realizadores”



Fonte: Canal do Youtube do Portal do Bicentenário

Imagem 5 – Vídeo “Dia das Professoras e dos Professores”



Fonte: Canal do Youtube do Portal do Bicentenário

Imagem 6 – Live do Portal do Bicentenário⁴



Fonte: Canal do Youtube do Portal do Bicentenário

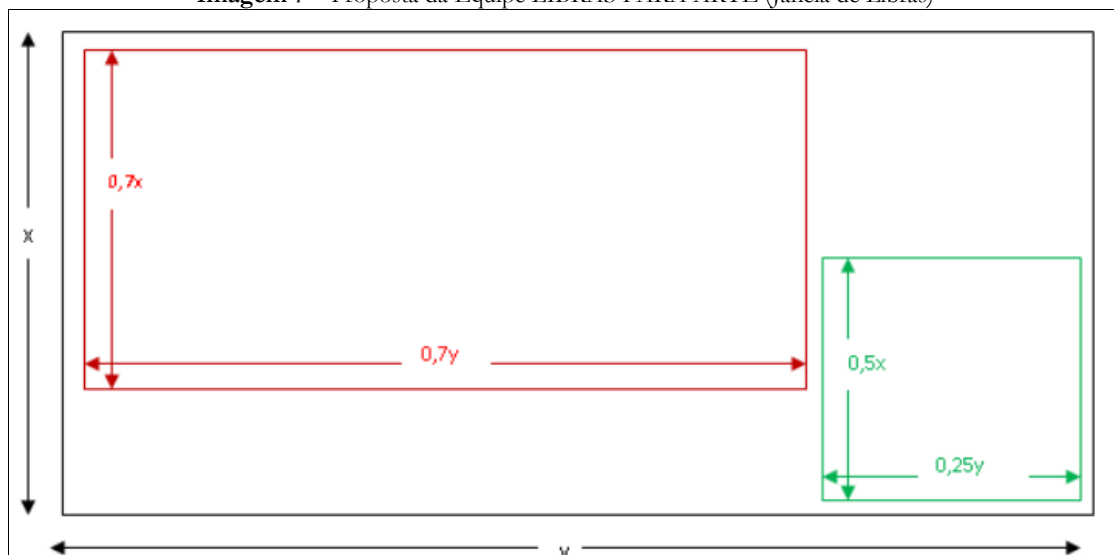
⁴ Não foi possível obter consentimento para a reprodução da imagem pessoal do intérprete. Apesar disso, decidimos manter a imagem, pois ela demonstra a janela de Libras ideal para uma comunicação acessível.

Na imagem 3, o padrão estipulado pela NBR 15290 está sendo seguido corretamente e a figuração do intérprete está em evidência, alcançando uma melhor visibilidade para os surdos que estão acompanhando a interpretação através dessa janela. Na imagem 4, igualmente, não há uma grande fuga ou deslize desse padrão.

Na imagem 5, no entanto, fica evidente que o padrão foi quebrado. O modelo utilizado acaba consumindo parte considerável do espaço ideal para a sinalização em Libras, podendo acarretar perda de informações essenciais para a compreensão do material abordado no vídeo. Já na imagem 6, captura de tela de uma das lives do Portal, observa-se um modelo diferente, de dividir a tela meio a meio com o intérprete. Essa quebra de padrão facilita a compreensão e visibilidade da sinalização, de modo que a informação chegará de modo mais fácil e adequado para as pessoas surdas.

Levando em consideração o exposto, trazemos abaixo a proposta de um modelo de janela de Libras produzido pela equipe LIBRAS PARA ARTE⁵. A finalidade é que a acessibilidade e o grau de informatividade para pessoas surdas seja mais adequada e facilite a compreensão. Este modelo objetiva também garantir a visibilidade da tradução em Língua de Sinais e não comprometer a visualização da produção audiovisual.

Imagem 7 – Proposta da Equipe LIBRAS PARA ARTE (Janela de Libras)



Fonte: Equipe LIBRAS PARA ARTE

As premissas apresentadas nessa proposta são bem semelhantes ao padrão vigente atual: o espaço visual da janela de Libras deve ser reservado para que não haja nenhuma interferência sobreposta ou coberta que vá prejudicar a sinalização; a janela deve ser posicionada à direita da

⁵ TUXI et al, s/d.

tela e não deve conter símbolos, legenda ou qualquer outro elemento atrapalhando a visibilidade; o plano de fundo deve ser nas cores azul ou verde, em tonalidade compatível para a aplicação do chroma keyer. Quanto ao enquadramento do intérprete, valem as medidas seguintes: parte superior entre 10 a 15 centímetros acima da cabeça; a parte inferior 5 centímetros abaixo do umbigo; e, a parte lateral, no espaço máximo dos cotovelos, na medida que os dedos médios se tocam em frente ao peito. A imagem 8 exemplifica a aplicação da proposta:

Imagem 8 – Aplicação do modelo proposto



Fonte: Equipe LIBRAS PARA ARTE

Percebe-se, no modelo, um maior contraste do intérprete para com o plano de fundo, assim como o contraste do tom de pele com a roupa utilizada na interpretação; a janela está bem enquadrada e configurada em um tamanho mínimo adequado para uma melhor visibilidade e compreensão. É importante mencionar que, em interpretações nas quais haja apenas áudio e nenhuma imagem sendo reproduzida, o intérprete deve vir em grande destaque para uma excelente visibilidade do conteúdo abordado

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As redes sociais, na sociedade da informação, podem ser um recurso valioso para promover a inclusão das pessoas com deficiência e sua participação no espaço público. Geralmente, elas possuem recursos e ferramentas ausentes na comunicação analógica pelas próprias características do suporte. As informações aí veiculadas são passíveis de leitura por leitores de tela sem a necessidade de um(a) leitor(a), a multiplicação de possibilidades de inserção

de intérpretes de Libras é patente, as múltiplas formas de produzir imagens e conteúdos audiovisuais de qualidade aparecem todos os dias em forma de aplicativos auxiliares ou incorporados às próprias redes sociais digitais.

Promover, entretanto, a acessibilidade comunicacional no ambiente da internet exige que haja um esforço deliberado nessa direção; a possibilidade de acionar o “texto alternativo” nas imagens publicadas no Instagram ou descrevê-las através de hashtags, por exemplo, só adquire pleno funcionamento se o usuário decide, voluntariamente, utilizá-la. Se nos referirmos a materiais educativos, a exigência é premente, visto que o acesso igualitário à educação é direito de todas as pessoas (BRASIL, 1988). Orientado por princípios democráticos e inclusivos, o Portal do Bicentenário implementou, com o auxílio de diversos parceiros, medidas que viabilizassem a acessibilidade comunicacional de seus conteúdos e, portanto, um maior alcance de conteúdos que promovem a educação histórica. Este artigo examinou, em específico, os recursos utilizados para alcançar as pessoas com deficiência visual e auditiva, analisando sua efetiva abrangência.

Sintetizando e examinando os dados, percebemos que é possível atingir a meta de promover uma comunicação mais acessível, inclusiva, portanto, mais democrática; ainda assim, necessitamos observar as nossas próprias iniciativas com um olhar crítico e enxergar as barreiras que ainda persistam, pois elas podem ser decisivas na participação de todos os sujeitos na experiência de aprendizagem. Considerando, de um lado, as lacunas apontadas e, por outro lado, o uso assertivo das ferramentas, acreditamos ser relevante o exercício permanente de reavaliação das informações transmitidas nas mídias sociais e a existência de recursos de acessibilidade.

REFERÊNCIAS

AMANCIO, Dayse Leticia Pereira; MENDES, Diego Costa. Pessoas com deficiência e ambiente de trabalho: uma revisão sistemática. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Corumbá, v. 29, e0140, p. 161-180, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/CPZzr47ZxmxtRC9yGvVKnYH/?lang=pt>. Acesso em: 29 de março de 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15.290**: Acessibilidade em Comunicação na televisão. Rio de Janeiro: ABNT, 2005.

BARROS, Gilmar Gomes de; LIRA, Edna Karina da Silva; MIRANDA, Angélica Conceição Dias; JACINTHO, Eliana Maria dos Santos Bahia. Editoras universitárias do Brasil: utilização do software OMP para edição, mapeamento das políticas de privacidade, acessibilidade e licenças de uso e reprodução. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas – SP, v. 23, p. 1-21, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdbci/a/HL5gyq5SSPfr9tJ7kCSJTVk/>. Acesso em: 29 de março de 2025.

As redes sociais como meio de superação das barreiras de acessibilidade: a experiência do Portal do Bicentenário

BORGES, Wanessa Ferreira; MENDES, Eniceia Gonçalves. Tecnologia assistiva e baixa visão: *apps* e recursos de acessibilidade em dispositivos móveis. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos – SP, v. 32, p. 1-19, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadbto/a/fDQp57YtBgLmxvcvXzSjD7s/?lang=pt>. Acesso em: 29 de março de 2025.

BRANCO, Ana Paula Silva Cantarelli; LEITE, Lucia Pereira; MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira. Produções acadêmicas sobre “acessibilidade” no portal C@thedra. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, v. 1, n. 43, p. 242-260, nov. 2015. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/5608>. Acesso em: 03 de janeiro de 2023.

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 09 de fevereiro de 2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 De Dezembro De 2005**. Decreto regulamentar sobre Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Brasília: Presidência da República, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%205.626%2C%20DE%2022,19%20de%20dezembro%20de%202000. Acesso em: 09 de fevereiro de 2023.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 112, n. 12, p. 2, 20 de dezembro de 2000. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2000/lei-10098-19-dezembro-2000-377651-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 09 de fevereiro de 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de Abril de 2002**. Lei de LIBRAS. Brasília: Presidência da República, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 09 de fevereiro de 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca?termo=janela+de+LIBRAS#gsc.tab=0&gsc.q=janela%20de%20LIBRAS&gsc.page=1>. Acesso em: 8 de fevereiro de 2023.

BRIEGA, Diléia Aparecida Martins. **O ENEM como via de acesso do surdo ao ensino superior brasileiro**. 121f. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/8831>. Acesso em: 03 de janeiro de 2023.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. História do Brasil e revisões historiográficas. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 23, n. 43, p. 21-37, jul. 2016.

DEBEVC, Matjaz; KOSEC, Primoz; HOLZINGER, Andreas. Improving multimodal web accessibility for deaf people: Sign language interpreter module. **Multimedia Tools and Applications**, California, v. 54, n. 1, p. 181-199, 2011.

As redes sociais como meio de superação das barreiras de acessibilidade: a experiência do Portal do Bicentenário

FRAZ, Joanne Neves; HOTT, Daniela Francescutti; MOREIRA, Geraldo Eustáquio; RODRIGUES, Georgete Medleg. Tecnologia assistiva: produtos disponíveis na internet. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 13, n. 3, p. 70-80, dez./2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/35225>. Acesso em: 04 de janeiro de 2023.

GOERCK, Cleonice Sabine; AREOSA, Silvia Virginia Coutinho. Implementação da política de acessibilidade comunicativa: o segmento televisivo em canais abertos de veiculação estadual. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 44, n. 2, p. 215-232, mai./ago. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/interc/a/3hNPFdyqbwCzHhZhP6KFsDg/?lang=pt>. Acesso em: 29 de março de 2025.

KOEHLER, Andressa Dias; FOERSTE, Gerda Margit Schütz. Audiodescrição, dialogismo e exotopia no teatro. **Alfa**, São Paulo, v. 65, p. 1-18, 2021. Disponível em: [scielo.br/j/alfa/a/pMts9bqKLhhkgCZ7VkJZPzx/?format=pdf](https://www.scielo.br/j/alfa/a/pMts9bqKLhhkgCZ7VkJZPzx/?format=pdf). Acesso em: 29 de março de 2025.

MALERBA, Jurandir. As Independências do Brasil: ponderações teóricas em perspectiva historiográfica. **História**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 99-126, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/m4hRWnW5gHnRmbVZK6cvYn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 de fevereiro de 2023.

MARINHO, Letícia Carvalho de Mattos; ROCHA, Jessica Norberto. Acessibilidade, pessoas com deficiência, museus e exposições on-line: tendências em uma revisão bibliográfica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 29, fluxo contínuo, p. 1-29, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/TpyRKtfHRqm55XCxdvcfPts/?lang=pt>. Acesso em: 29 de março de 2025.

MISAGLIA, Vivian. Direitos das Pessoas com Deficiência: diversidade, inclusão, acessibilidade universal e cidadania. In: OLIVEIRA, Mara; AGUSTIN, Sérgio (orgs.). **Direitos humanos: emancipação e ruptura**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2013, p. 1014-1023.

NAPOLITANO, Carlo José; LEITE, Lucia Pereira; MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira. Acessibilidade em Pauta na Comunicação Midiática. **Journal of Research in Special Educational Needs**, Staffordshire, v. 16, n. S1, p. 126-129, 2016.

QUEM Somos. Portal do Bicentenário. S/l, 2022. Disponível em: <https://portaldobicentenario.org.br/sobre-o-portal>. Acesso em: 09 de janeiro de 2023.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 10-16, mar./abr. 2009.

SCHLINDWEIN, Ana Flora; ROCHA, Daniele Silva. LIBRAS e tecnologia: práticas translingues na produção de *youtubers* surdos. **Revista D.E.L.T.A**, São Paulo, v. 39, n. 1, pp. 1-27, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/jDnPP9Z8bKr8SkDfpQMx6Mb/?lang=pt>. Acesso em: 29 de março de 2025.

SILVA, Míriam Célia Rodrigues; LOPES, José de Sousa Miguel. Entre a arte de comunicar e o ofício de ser acessível: estudo sobre os recursos de acessibilidade para visitantes com deficiência visual no *site* de um museu de Belo Horizonte. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 28,

As redes sociais como meio de superação das barreiras de acessibilidade: a experiência do Portal do Bicentenário

2020, pp. 1-46. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/rf6RyTp47mRqSVPtnmyfN8f/?lang=pt>. Acesso em: 29 de março de 2025.

TUXI, Patrícia; ANJOS, Raphael Pereira; SOARES, Virgílio; MACHADO, Saulo. **Janela de LIBRAS: um modelo de espaço de sinalização para produções audiovisuais**. Brasília: Câmara dos Deputados/Equipe LIBRAS para Arte, s/d. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cpd/arquivos/apresentacao-sra-patricia-tuxi/view>. Acesso em: 09 de fevereiro de 2023.

Recebido em: 28/05/2023

Aceito em: 24/04/2025